

### Funai diverge mas índia foi esterilizada

O Conselho Indigenista Missionário (CIMI) afirmou ontem que a "laqueadura tubária" (ligação de trompas), realizada na índia Eworun, que deu à luz a trigêmeas, sábado último, no Hospital de Base do Distrito Federal (HDBF), foi autorizada pela assistente social da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), Hildete Girão Mota. Enquanto isso, o assessor de imprensa do órgão, Odil Telles, negava que a Funai houvesse emitido qualquer autorização.

O diretor do HDBF, Gustavo Arantes, declarou que a "laqueadura" é prevista no código médico e "para isso não depende da vontade da índia, da Funai ou do Papa. A mãe corria risco de vida e esse risco foi constatado durante a cirurgia." - afirmou.

"Assim - disse o assessor Odil Telles - "diante do parecer de uma junta médica, comunicado pelo médico Gustavo Arantes, não temos o que contestar. Mesmo porque foi um caso excepcional."

Por sua vez, o CIMI questiona essas declarações, face as informações prestadas pelos médicos que assistiram Eworun, de que sua saúde era a melhor, inclusive o obstetra Raimundo Cavalcanti, ao afirmar que seu único problema ao chegar ao HDBF era uma infecção dentária.

O procedimento normal nesses casos, segundo o diretor de recursos assistenciais do hospital, Antônio Carlos Moretzohn, previsto no Código de Ética Médico, é o preenchimento de um documento, em três vias. Uma é encaminhada ao prontuário do paciente, outra ao Conselho Regional de Medicina e a terceira fica em poder do diretor da instituição. Nesse documento está registrada a decisão da junta médica, bem como a autorização do marido ou responsável pelo paciente.

No entanto, segundo o marido de Eworun, foi o tio dela, que trabalha no Posto Indígena Diauarum como monitor de saúde (funcionário) da Funai, que a acompanhou desde a sua chegada, em março, ao Hospital, e quem conversou com os médicos para que a "laqueadura" fosse feita.

Dessa forma, o CIMI reforça mais uma vez a tese de que a Funai, no caso indiretamente, teria concordado com a "laqueadura". Segundo o secretário executivo do CIMI, Paulo Suess, esse fato prova que a Funai visa a diminuição da sua clientela limitando a procriação, seguindo a mesma linha dos critérios sanguíneos de indianidade.

Considera, ainda, o CIMI, a possibilidade de processar a FUNAI e, para isso, está consultando seus advogados. Isso porque, de acordo com o Estatuto do Índio (Lei 5.001), o órgão tutelar é responsável pela preservação dos valores culturais indígenas. Parte o CIMI do princípio que os Cayabi - grupo a que pertence Eworun - utiliza meios anticonceptivos naturais, não havendo, até o momento, registro de qualquer caso em que fosse preciso recorrer à "laqueadura".